

# P2 Euro: A resistência da economia à política

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

O quadro geral da economia brasileira não parece estar se agravando, como decorrência da eclosão de uma crise política de gravidade raramente vista. Ninguém parece saber ao certo a que se deve esta suposta imunidade súbita e paradoxalmente adquirida pela economia. Irremediavelmente desconcertante, o fenômeno torna-se, porém, em alguma medida inteligível, se tivermos em conta as seguintes peculiaridades da situação em que presentemente nos encontramos.

A inflação que aí está nada tem a ver com excesso de demanda, o que pode ser observado a olho nu. Esta propriedade, a bem dizer, não diferencia o processo em curso nesta economia do ocorrido em outras experiências da inflação dita "crônica". Não é demais lembrar, contudo, que aí reside um forte contraste com os grandes surtos inflacionários do passado, estes sim, em regra, associados a distúrbios de natureza política (guerras, pós-guerras e revoluções).

Uma segunda marca da altíssima inflação que assola este país deriva da ausência de emissão descontrolada de moeda. Observa-se, a este propósito, que, em 1990, quando o déficit de caixa do governo subitamente desapareceu, os analistas econômicos tenderam a atribuir o fenômeno a uma combinação de acréscimos de receita não passíveis de repetição (ditos *once for all*) e reduções de gasto entendidas como transitórias. Tratava-se, pois, de um quadro (supostamente)



insustentável. Os fatos, porém, insistem em desmentir a versão. E esta pode ser considerada uma peculiaridade da altíssima inflação brasileira de hoje: o reduzido déficit e, portanto, a limitada necessidade de emitir moeda com o objetivo de financiá-lo.

Some-se ao que precede — como característica do momento atual — o fato de que os cruzados "seqüestrados" (a expressão denota a ira e a desconfiança dos comentaristas) foram devolvidos e convertidos em diversas aplicações financeiras.

Finalmente, e como culminação destas mudanças, o peso do da dívida externa foi (no que tinha de ameaçador) contornado e, sobretudo, desapareceu o chamado "risco de política econômica". Com esta última mudança, saiu de cena o temor, por parte dos agentes econômicos, de serem apanhados no "contrapé", numa nova "virada" da política econômica. Dissipada a ameaça, os agentes econômicos não estão mais fugindo para lugar nenhum: nem para a frente (temendo surpresas), nem para fora, nem para ativos reais. E a inflação deixou de ser, além de alta, acentuadamente volátil.

O que precede leva a pensar que a situação econômica não tem mais a fragilidade que já teve — ou que ainda teria, vista a questão pela ótica da alta galopante dos preços. Isto posto — e contra este pano de fundo —, a situação política tornou-se, como sabemos, ostensivamente conturbada. Aqui, porém, convém frisar que, para os agentes econômicos, "política" significa, primordialmente, a criação (ou tentativa de criação) de situações que não derivam ou provêm do seu universo de referência (os preços de mercado). Que provêm, diria Hirschman, das paixões e não dos interesses.

Ora, é precisamente neste sentido que a situação política não é hoje percebida como portadora de ameaças — em patente contraste com o ocorrido ao término do governo Sarney. De fato, seja porque se formou um quase consenso antiintervenções intempestivas na economia e, pois, nenhum governo teria fôlego para bancá-las, seja porque o ministro da Economia passou a imagem de um militante da serenidade, ninguém mais espera ter as suas decisões atropeladas por cenários alternativos, tentativamente criados pelo governo. Assim sendo, a turbulência atual tende a ser vista antes como espuma, que como ameaça. Vale dizer, o *affaire* PC-Collar perturba, imensamente, mas não parece capaz de levar o País de volta às encruzilhadas (reais ou imaginárias) em que se viu nos últimos anos.

Indaguemo-nos agora sobre o significado do que acaba de ser dito, para o tratamento da economia.

Uma inflação mensal superior a 20% sugere, historicamente, uma situação próxima ao caos — e um tratamento consoante com a gravidade do quadro. Como, porém, obter a aquiescência da sociedade e o apoio do Congresso para medidas fortes, numa situação que, encarada por diferentes ângulos, se encontra próxima da normalidade?

Convém lembrar, a este propósito, que ao atingir a inflação esta ordem de grandeza, na Alemanha de Weimar, bem como (recentemente) na Bolívia, o gasto público havia passado a ser sustentado por papel pintado, emitido por governos sem nenhum tipo de controle sobre a situação. Em tais condições o ministro da Economia podia chegar diante do Parlamento e declarar: "Senhores, a reconstrução da base fiscal do Estado

constitui um imperativo"...

Ocorre, no entanto, que a arrecadação no Brasil (não obstante erros palmáres recentemente cometidos) não é hoje inferior a 20% do PIB. Além do que Estados e municípios (a base eleitoral dos parlamentares) tiveram, nos últimos anos, substancial aumento de seus recursos...

O que precede parece sugerir como realista a admissão de que, nas circunstâncias atuais, a inflação não tende a impôr o caos nem tampouco a ser debelada. E isto antes pelas razões aqui apontadas que pelo seu suposto caráter inercial.

A alta inflação — longe de acarretar as mais graves disfunções de curto prazo a ela atribuídas em outros contextos — tem hoje, no Brasil, a sua nocividade concentrada no longo prazo. E isto porque o incansável e imprescindível esforço no sentido de tentar contê-la prejudica flagrantemente os investimentos, especialmente aqueles a cargo de órgãos públicos. Conseqüentemente, a economia se encontra em lenta e progressiva degradação, frente a si mesma, no passado, e frente as demais economias. E as empresas que tentam, individualmente, escapar ao declínio, têm de enfrentar a deterioração geral da economia e reestruturar-se em meio à estagnação — com tudo o que isto acarreta de dificuldades, para si e para os trabalhadores (via intensificação do desemprego). Pouco ou nada disto corresponde, no entanto, aos problemas que acompanham em regra as grandes crises inflacionárias — e mobilizam autoridades e público no sentido de aceitar o seu tratamento.

■ *Antônio Barros de Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é editor do Boletim de Conjuntura do Instituto de Economia Industrial.*